

Visões do território português: a emergência da sociedade dualista organizada em rede

Renato Miguel do Carmo

(Sociólogo, doutorando do ICS-UL, bolsheiro da FCT)

Apresentação

A sociedade portuguesa sofreu, ao longo destas últimas quatro, cinco décadas, um conjunto de alterações profundas que se reflectiram claramente nas formas de organização sócio-espacial. Neste sentido, esboçaram-se alguns “mapas”, a partir do estudo desses fenómenos, que representavam uma visão do país assente na verificação de um conjunto de oposições consideradas estruturais. Estas análises contribuíram para a construção de diferentes paradigmas de interpretação da realidade portuguesa.

Este texto tem como objectivo principal apresentar os traços essenciais que estruturam as diversas visões sobre o território de Portugal continental¹. Assim na primeira parte caracterizaremos as mudanças fundamentais ocorridas entre o país tradicional e a sociedade moderna, tendo em conta a contribuição de dois autores de

¹ O presente texto desenvolve e aprofunda o esquema interpretativo apresentado noutra comunicação (Carmo, 2003).

referência: Orlando Ribeiro e A. Sedas Nunes. Na segunda, apresentaremos uma proposta de interpretação sobre o modo como se constitui a sociedade contemporânea, tendo por base a visão desenvolvida por João Ferrão.

Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico

A obra de Orlando Ribeiro é paradigmática no que diz respeito ao estudo sobre os modos de organização sócio-espacial da realidade portuguesa. No seu livro de referência *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* (1945) o autor define uma grande divisão entre o Norte e o Sul, diferenciando três meios internos fortemente homogêneos: o Norte atlântico, o Norte transmontano e o Sul. Contudo, é por intermédio da divisão do território entre a área atlântica e a região mediterrânea que o autor estabelece as polarizações fundamentais.

Assim, o Sul representa uma zona de baixa altitude e de menor pressão demográfica, na qual dominam, por um lado, as formas de povoamento aglomerado (a cidade e a aldeia) e, por outro lado, a divisão fundiária da terra em extensas propriedades, podendo-se caracterizar como uma área agrícola de latifúndio. Neste território generalizou-se o sistema de monocultura de cereais em sequeiro (principalmente o trigo).

Em contrapartida, o Norte é uma área de maior altitude média e de maior densidade populacional, predominando a pequena propriedade, na qual se desenvolvem formas intensas de policultura.

Em termos de divisão social o Sul é mais assimétrico, existindo uma grande polarização entre os grandes proprietários agrícolas e a massa de trabalhadores assalariados agrícolas. O Norte tende a ser menos desigual, pelo facto de a maior parte das famílias possuírem pelo menos um pequeno pedaço de terra. No entanto, O. Ribeiro caracteriza alguns grupos populacionais muito pobres, constituídos fundamentalmente por pedintes.

Como podemos verificar, não existe grande interdependência ou qualquer relação hierárquica entre estas duas áreas, detectando-se, no entanto, algumas deslocações migratórias, sobretudo sazonais, no sentido norte – sul. Estamos perante uma configuração essencialmente estática, que caracteriza a realidade de um país tradicional e rural.

Portugal, sociedade dualista em evolução

A. Sedas Nunes identificou, na década de 60, uma tendência estrutural na sociedade portuguesa que diferencia as zonas do país a partir do seu grau de desenvolvimento sócio-económico. Neste sentido, o autor distingue as áreas territoriais que se caracterizam por um maior volume populacional e um maior número de vias de comunicação e que constituem elementos de maior dinamismo (industrialização, maior heterogeneidade social, generalização dos níveis escolarização, diversificação das formas de comunicação), das regiões menos populosas e menos modernizadas do país.

O autor estabelece assim uma hierarquia e uma interdependência entre dois tipos de sociedade: a moderna e a tradicional. A noção de sociedade tradicional anula as diferenças inventariadas por Orlando Ribeiro sobre a realidade portuguesa. Esta passa a ser definida em função do seu afastamento em relação à modernidade. Este é o critério homogeneizante que distingue, em termos espaciais, o litoral (que representa o centro urbanizado) do interior (a periferia rural).

Deixa de haver uma continuidade espacial: o centro é constituído pela faixa litoral compreendida entre Braga e Setúbal (onde se destacam as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto) e, secundariamente, pelo litoral algarvio.

Esta separação entre dois tipos de sociedade é salientada por um conjunto de outros estudos de natureza geográfica realizados a partir da década de 60. É essencial referir o trabalho de Alarcão (1969), que analisou a intensidade e a direcção dos fluxos migratórios no país entre 1920 e 1960. O autor chegou à conclusão de que as regiões do interior se transformaram em zonas de repulsão populacional e que as áreas urbanas do litoral (mais especificamente, Lisboa, Setúbal e Porto) se tornaram os únicos territórios de atracção.

Esta situação contribuiu claramente para a concentração populacional nessas áreas. Isto é, as regiões do interior, para além de corresponderem à sociedade tradicional, tendem a perder parte considerável da sua população a favor das zonas centrais e urbanas. A mobilidade sócio-espacial ocorrida a partir da década de 50 reforça, assim, a separação identificada entre os dois meios internos.

A partir da década de 60 o país conheceu um processo intenso de concentração populacional nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, nas quais reside

actualmente praticamente metade da população do continente. Este processo demográfico está relacionado com o desenvolvimento económico que estas regiões conheceram ao longo destas últimas décadas ao nível dos sectores secundário e terciário², o que provocou uma clara recomposição das estruturas sociais.

De facto, segundo Gaspar (1987), aliada à bipolarização demográfica e económica existe também uma dualização da composição social ao nível dos estratos sociais ligados aos sectores de actividade que mais se desenvolveram nas Áreas Metropolitanas. Referimo-nos, fundamentalmente, ao *proletariado industrial* e à *nova pequena burguesia*. Por seu turno, os estratos ligados à agricultura tendem a ser mais representativos nas regiões do interior.

Construção do modelo dualista

A oposição litoral – interior, que identifica o processo de modernização da sociedade portuguesa, não veio substituir a dualidade anterior, que caracterizava a realidade rural e tradicional do país. Pelo contrário, podemos dizer que estas oposições coexistiram de modo a estruturarem o mesmo modelo geral de representação sócio-espacial da sociedade portuguesa.

Ao cruzarmos a perspectiva de Orlando Ribeiro com a de Sedas Nunes é possível identificar a matriz de classificação que permitiu enquadrar qualquer região do país. Assim, as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto foram consideradas as zonas mais modernizadas do país devido ao seu volume populacional e à sua dinâmica sócio-económica, enquanto as áreas rurais e mais periféricas foram estudadas fundamentalmente a partir dos seus traços tradicionais (de cariz atlântico ou mediterrâneo). Deste modo, em pleno contexto de modernização da sociedade, que se intensificou a partir da década de 60, a divisão norte – sul manteve a sua importância estrutural para a caracterização da denominada sociedade tradicional.

A conjugação das duas perspectivas consigna uma força paradigmática a esta visão sócio-espacial que acabou por ser reforçada pelos estudos de carácter mais microsociológico realizados desde a década de 60.

² Estes processos são analisados numa série de estudos de carácter geográfico que identificam os factores de bipolarização populacional e económica da sociedade portuguesa: cf. Ferrão (1996), Gaspar *et al.* (1987), Salgueiro (1999), Machado (1998).

Destas monografias, salientam-se os trabalhos antropológicos sobre algumas comunidades rurais do interior, que permitiram aprofundar e clarificar as realidades identificadas por Orlando Ribeiro³. A maior parte destas abordagens parte de uma realidade específica, que normalmente é uma aldeia concreta (ou freguesias rurais), com o intuito de caracterizar as estruturas e os modos de vida, que supostamente ilustram e representam o conjunto da região em que a comunidade se insere.

Assim, à escala regional estes estudos acabaram, muitas vezes, por se generalizar de modo a tornarem-se representativos de toda uma região. Um dos casos mais demonstrativos diz respeito ao livro de Cutileiro (1977), que se tornou a imagem modelar da realidade rural do Alentejo⁴.

Estabeleceu-se, assim, uma continuidade entre o modelo geral e as análises monográficas, que contribuiu, claramente, para a hegemonização interpretativa da realidade social sobre certas zonas do interior do país.

Numa linha de análise distinta, surgiram um conjunto de outros estudos monográficos que tentaram identificar o modo como algumas regiões rurais, localizadas próximo do litoral, foram sofrendo um processo de urbanização e de alteração das estruturas sociais. Salientam-se os estudos de J. Ferreira de Almeida sobre uma freguesia do concelho de Penafiel (1986), de Pedro Hespanha (1994) sobre as localidades rurais da zona de Coimbra, os trabalhos de Nelson Lourenço (1991), Moisés Espírito Santo (1999) e António Gama (1987) sobre a região de Leiria, e de Robin Jenkins (1977), que estudou uma aldeia algarvia.

Todos estes trabalhos caracterizam as formas de mudança que se desenrolam em zonas rurais localizadas não muito longe de determinados centros urbanos de média ou de grande dimensão, que, por seu lado, estão a sofrer um intenso processo de modernização sócio-económica. As alterações vividas nestas freguesias rurais dizem respeito não só à alteração dos modos de produção agrícola, que se mecanizam e tendem a integrar uma lógica de produção capitalista, mas também às modalidades de industrialização e de terciarização, que alastram e afectam as economias locais.

Estas áreas (nomeadamente das zonas do Porto, Coimbra e Leiria), podem ser designadas como zonas *peri-urbanas*, na medida em que sofreram um conjunto de

³ De entre o vários estudos podemos salientar os seguintes: região minhota (Pina-Cabral, 1989; Wall, 1998), Trás-os-Montes (O'Neil, 1984), região Beirã (Sobral, 1999), Alentejo (Barros, 1986; Cutileiro, 1977) e Algarve (Bastos, 1993)

⁴ A este respeito ver: Carmo (2003).

processos de modernização determinados pelo desenvolvimento tecnológico e pela difusão de novas possibilidades de comunicação e de transporte. Os fenómenos em causa favoreceram a integração funcional por intermédio da generalização dos movimentos pendulares relacionados com a oferta de emprego em sectores não agrícolas (Gama, 1987).

Recorrendo à análise de Sedas Nunes, podemos dizer que a noção de “periurbanização” designa todo um conjunto de processos que se generalizam na sociedade moderna e tendem a alastrar e a condicionar a realidade sócio-económica das regiões mais tradicionais. A proximidade espacial, que aumenta devido às novas formas de comunicação e de transporte, torna-se, assim, o factor responsável pela difusão da modernidade nestas zonas periféricas. A nível sociológico, estas mudanças foram identificadas sobretudo na alteração do sistema de estratificação social das sociedades rurais e dos modos e estilos de vida tradicionais.

O fenómeno de mudança mais estudado nestas zonas tem a ver com a pluriactividade familiar (Almeida, 1986; Gama, 1987; Hespanha, 1994; Lourenço, 1991), que leva ao surgimento de uma nova classe social, denominada de *campesinato parcial*. Esta posição de classe assume uma importância considerável na maioria das localidades estudadas. Assim, parte das famílias de origem camponesa tendem a manter a sua exploração agrícola, ao mesmo tempo que alguns elementos do agregado, sobretudo os homens, trabalham em sectores e empresas não agrícolas, situadas em muitos casos fora das povoações rurais (nos centros urbanos mais próximos ou em outras zonas rurais que sofrem processos de industrialização). Esta situação aumenta a intensidade das deslocações pendulares entre as aldeias e os espaços urbanos e/ou industrializados.

Por outro lado, para além da reestruturação do campesinato local aumenta o peso das classes ligadas aos sectores secundário e terciário, como é o caso da *nova pequena burguesia* e do *operariado industrial*. O reforço destas classes é representativo de uma efectiva modernização sócio-económica, que contribui para a difusão dos modos e estilos de vida urbanizados. De facto, os residentes das freguesias rurais que trabalham nos centros urbanos acabam por importar estilos de vida e valores característicos das cidades (Almeida, 1986).

Todos estes processos concretizam o modo como a modernização alastra e se difunde pelas zonas periféricas e rurais, alterando as formas de produção, as estruturas

sociais e os modos de vida das populações locais. A sociedade tradicional sofre um conjunto de influências modernas que se manifestam no espaço de forma gradual.

Com base nos elementos expostos anteriormente, podemos concluir que o modo de configuração sócio-espacial construído pelos modelos dualistas, contribuiu, de forma paradigmática, para uma leitura regional dos fenómenos sociais, económicos e culturais que constituíram a sociedade portuguesa contemporânea. No entanto, esta perspectiva acabou por ter, simultaneamente, uma função de ocultação em relação a realidades concretas que contradizem a lógica de análise do esquema binário.

Assim os estudos que se debruçaram sobre as regiões do interior tendem a salientar a permanência de parte dos traços tradicionais que constituem as comunidades locais, ao mesmo tempo que se observa, por intermédio de outras análises, a intensificação dos processos de modernização que se expandem por uma série de localidades rurais situadas na área limítrofe das cidades e dos territórios mais urbanizados e/ou industrializados.

Urbanização em arquipélago: uma nova configuração do território

Os processos de urbanização e modernização da sociedade portuguesa tendem a intensificar-se e a diversificar-se, na medida em que deixaram de ser exclusivos das zonas de maior concentração populacional.

Assistiu-se, principalmente ao longo da década de 90, a uma concreta “desconcentração” do processo de urbanização. Afiguram-se novos centros nos quais se desenvolvem focos de modernidade, como é o caso das cidades de média dimensão, localizadas algumas delas no interior, nas quais se assiste a uma diversificação de novas funções sócio-económicas, à produção de núcleos de excelência, ao aumento da qualidade de vida, etc. (Ferrão *et al.*, 1994).

Nas regiões do interior, o crescimento e o dinamismo das cidades médias contrariam o processo generalizado de depressão populacional, de envelhecimento e de marginalização sócio-económica que afecta a maior parte das localidades rurais desde as décadas de 50 e 60. Por outro lado, a estrutura social destas cidades diverge cada vez mais dos modos de estratificação tradicionais das sociedades rurais. Sobretudo ao longo destas últimas duas décadas, as cidades médias do interior tendem a integrar novas

classes sociais ligadas fundamentalmente ao sector terciário, como é o caso dos quadros superiores ou dos profissionais liberais (Salgueiro, 1999).

Os outros focos de modernização relacionam-se como as formas de urbanização e industrialização difusa, descritas anteriormente. De entre estes, destacam-se o caso da Região do Oeste e algumas manchas envolventes do Grande Porto que se alastram tanto para Aveiro como para Braga e Viana do Castelo; deve-se também salientar o desenvolvimento sócio-económico ligado ao sector turístico que se deu na faixa litoral da região algarvia (Ferrão, 1996: 186).

Neste sentido, podemos dizer que o modo de espacialização da sociedade portuguesa se altera. O modelo emergente tende a ser mais complexo e menos determinista, assumindo uma “configuração territorial em arquipélago”⁵. Segundo esta perspectiva, o aumento em massa do volume populacional não representa só por si um aumento substancial dos níveis de urbanização e de modernização. Por exemplo, o nível de dinamismo pode ser mais acentuado nas cidades médias comparativamente à realidade dos grandes bairros suburbanos das metrópoles, que se caracterizam quase exclusivamente pela função residencial.

O tipo de configuração em arquipélago supõe numa análise pluridimensional dos fenómenos que caracterizam as diferentes zonas do país. A abordagem que parte das oposições entre grandes áreas geográficas cede lugar a abordagens mais pormenorizadas, nas quais é possível identificar distintas configurações sócio-espaciais dentro dos limites de uma mesma área regional.

Esta alteração, para além de perspectivar a análise do processo actual de urbanização, deverá contribuir para uma efectiva reinterpretção da realidade sócio-económica e demográfica de algumas localidades e regiões (como é o caso do Alentejo) que, ao longo de várias décadas, foram alvo de análises modeladas a partir de uma visão unívoca e hegemónica.

Portugal: uma sociedade dualista organizada em rede?

O tipo de urbanização em forma de arquipélago não apaga o modelo dualista que caracteriza a sociedade portuguesa desde os anos 60. Na verdade, entendemos que

⁵ A concepção e designação do modelo de “configuração territorial em arquipélago” devem-se a Ferrão (1996, 2002).

emergem novos dualismos estruturais determinados por interdependências específicas e diversificadas. O carácter dualista da sociedade portuguesa desenvolve-se tendo por base as novas modalidades de organização do território.

Segundo a nossa perspectiva, a afirmação de novos centros urbanos contribui ainda mais para a marginalização de grande parte das zonas rurais (principalmente do interior), que não só perdem população como assistem a um desmantelamento funcional contínuo. Em contrapartida, as cidades mais dinâmicas diversificam a sua composição social e funcional, transformando-se nos centros primordiais de emprego e de actividade económica.

Como referimos, a reconfiguração do território português deve-se, acima de tudo, à complexificação do processo de urbanização. Em termos demográficos, o modelo bipolar caracterizado pela concentração populacional em torno das zonas urbanas de Lisboa e do Porto (e respectiva drenagem nas zonas rurais, sobretudo do interior), dá lugar a um modelo mais multipolar, no qual emergem centros urbanos muito dinâmicos situados tanto no litoral como no interior.

A oposição litoral-interior já não corresponde a uma distinção linear de carácter dualista estabelecida entre crescimento e modernização, por um lado, e despovoamento e atraso económico, por outro. De facto, mesmo no interior das zonas mais urbanas do país assiste-se a processos acentuados de despovoamento e de envelhecimento. Os bairros centrais das cidades de Lisboa e do Porto são paradigmáticos a este respeito, na medida em que têm vindo a perder população nas últimas duas décadas face aos concelhos mais periféricos (e suburbanos) das Áreas Metropolitanas, que conhecem um aumento populacional assinalável (Marques, 2002). As modalidades de crescimento e de distribuição demográfica já não compreendem um sentido bivalente determinado entre zonas de atracção (as maiores cidades do litoral) e zonas de repulsão (o interior).

Esta alteração demográfica não representa uma atenuação do carácter dualista da sociedade portuguesa. De facto, como já salientámos, este tende a integrar novas modalidades que se espelham, entre outros factores, na maior capacidade de desenvolvimento e de competitividade de certas zonas perante a pressão de uma economia cada vez mais globalizada.

Na verdade, para além de concentrarem praticamente 40% da população urbana do país (Marques, 2002: 77), as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto apresentam índices de desenvolvimento que se demarcam claramente das restantes zonas urbanas do país. Tendo em conta os estudos de João Ferrão (2003) e Teresa Sá Marques (2002,

2003), verificamos que, perante os indicadores mais dinâmicos (emprego, capital humano e social, competitividade, internacionalização...), estas áreas apresentam valores muito superiores não comparáveis a qualquer outra zona do país. Neste sentido, estabelece-se uma efectiva dualidade estrutural determinada pelo elevado nível de centralidade destas regiões urbanas.

As cidades médias assumem uma importância decisiva neste novo modelo. Apesar dos seus níveis de competitividade territorial serem, de uma maneira geral, claramente inferiores aos das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, estas representam um factor importante de dinamismo demográfico e sócio-económico, principalmente nas zonas do interior. De facto, observa-se uma tendência de “descolagem” e de autonomização face às áreas rurais envolventes, que tendem a sofrer um continuado processo de marginalização expresso no despovoamento e no envelhecimento populacionais.

Estas cidades são consideradas como “ilhas de esperança” (Marques, 2002), sobretudo as do interior, na medida em que tendem a congregar os indicadores mais dinâmicos das extensas zonas rurais em que se integram. O sentido da sua evolução social e económica é determinante para o futuro dos territórios mais periféricos do país.

Como podemos depreender o modelo multipolar assenta em *nódulos* territoriais que asseguram o desenvolvimento do país. Assim, para além das *áreas metropolitanas* e das *cidades médias* (externas aos espaços metropolitanos), salientam-se *as zonas de urbanização/industrialização difusa*, localizadas principalmente no litoral, que desenvolvem intensas relações de conectividade inter-regional e internacional, nomeadamente, por intermédio das exportações⁶.

Estes nódulos tendem a estabelecer ligações cada vez mais intensas entre si, tendo por base as redes viárias, de informação e de comunicação que se desenvolveram ao longo destas últimas duas décadas. Deste modo, os factores de modernização penetram e geram-se em espaços não contíguos. A conectividade deixa de ter como condição básica a proximidade territorial. Pelo contrário, os espaços urbanos tendem a constituir ligações e interdependências mais profundas e determinantes com outras cidades, em detrimento das zonas rurais (e peri-urbanas) envolventes.

⁶ Tendo por base uma análise sobre os índices de especialização territorial nos sectores da indústria e do turismo, Teresa Sá Marques identifica oito *clusters* que se localizam, na sua grande maioria, na faixa litoral do Continente, incluindo o Algarve (Marques, 2002: 353-366).

Este fenómeno, característico da sociedade organizada em rede (segundo a perspectiva de Castells (2000)), afecta a organização do sistema capitalista global, no qual as maiores cidades do mundo desenvolvido estabelecem uma conectividade permanente e interdependente que ultrapassa claramente as fronteiras de cada país. Neste sentido, a realidade nacional é cada vez mais estruturada pelos mecanismos que fundamentam a globalização económica, política, cultural e social.

A maior ou menor capacidade demonstrada pelas zonas urbanas nacionais em se tornarem mais competitivas nesse espaço global, favorecerá decisivamente a sua posição estratégica no país. Por este motivo, as cidades que melhor se posicionarem no *espaço dos fluxos*⁷ tenderão a deter uma importância cada vez mais central. Quanto menos centros urbanos alcançarem uma posição estratégica nesse espaço, mais dualista e assimétrica se tornará a estrutura territorial portuguesa.

Portugal está, assim, a transformar-se numa *sociedade dualista em rede*, em que o desenvolvimento económico assenta cada vez mais na preponderância do sector terciário, nas acessibilidades e nas redes de informação e de conhecimento. As zonas que não têm acesso facilitado a estas redes sofrem um processo acentuado de exclusão. Aumenta a intensidade da circulação de pessoas (e também de bens e de serviços) entre as zonas mais dinâmicas do país. A crescente integração no sistema capitalista *informacional* leva a que algumas destas áreas assumam um maior protagonismo no espaço dos fluxos, como é o caso do Porto e, sobretudo, de Lisboa.

Deste modo, o carácter dualista da sociedade portuguesa não resulta somente de uma forte assimetria estrutural herdada do passado, deriva também das diferentes pressões geradas pela integração dos diversos territórios urbanos no sistema económico global.

Tendo em conta os aspectos mencionados, verificamos que a composição da sociedade integra factores estruturais cada vez mais complexos que inviabilizam uma leitura linear definida por eixos de análise relativamente unívocos. O significado determinante das grandes oposições territoriais cede lugar a uma visão pluridimensional, que pretende identificar a diversidade dos sectores sociais e económicos e o modo diferenciado como estes se organizam no espaço.

⁷ O *espaço dos fluxos* é constituído pela interdependência entre *nós* (ou *nódulos*) que interagem entre si por intermédio de um intercâmbio permanente e cada vez mais intenso de circuitos electrónicos e informacionais. Os nós da rede são locais específicos, de aglutinação e de irradiação de fluxos, que correspondem às grandes cidades do mundo desenvolvido (Castells, 2000).

Neste sentido, a sociedade portuguesa tende a organizar-se em rede a partir de uma base estrutural composta por diferentes nódulos territoriais, assentes em intensos processos de urbanização e de modernização. Estes “nós da rede” estabelecem, entre si e com os respectivos meios envolventes, um conjunto diferenciado de interações e de interdependências geradoras de novas formas de assimetria e de desigualdade sócio-económica.

Por este motivo, consideramos que os aspectos dualistas, que continuam a determinar a visão da sociedade portuguesa, não só coexistem, como são, de certa forma, uma condição essencial para o desenvolvimento dos factores que fundamentam a emergência dos territórios mais dinâmicos.

Referências bibliográficas

- Alarcão, Alberto de (1969), *Mobilidade Geográfica da População de Portugal (continente e ilhas adjacentes). Migrações Internas 1921 - 1960*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Almeida, João Ferreira de (1986), *Classes Sociais nos Campos*, Lisboa, ICS.
- Barros, Afonso de (1986), *Do Latifundismo à Reforma Agrária. O caso de uma Freguesia do Baixo Alentejo*, Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência.
- Bastos, Cristiana (1993), *Os Montes do Nordeste Algarvio*, Lisboa, Edições Cosmos.
- Brito, Raquel Soeiro et al. (1997), *Portugal Perfil Geográfico*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Carmo, Renato Miguel do (2003), «A emancipação das cidades face ao modelo dualista da sociedade portuguesa – o caso das cidades alentejanas», *in Cidades e Culturas: Novas Políticas, Novas Urbanidades – Actas do Encontro Temático Intercongressos*, Lisboa, APS.
- Carmo, Renato Miguel do (2002), «O Homem, a propriedade e a desigualdade: a agricultura familiar no Alentejo», *in A Terra, O Homem e*

*o Pão - Actas do I Congresso Português de Cultura
Mediterrânica*, Terena, Confraria do Pão.

- Castells, Manuel (2000), *The Rise of the Network Society*, 2ª ed., Oxford, Blackwell.
- Cavaco, Carminda (1981), «A pluriactividade na pequena agricultura portuguesa», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº7/8, pp. 171-193.
- Cutileiro, José (1977), *Ricos e Pobres no Alentejo*, Lisboa, Sá da Costa.
- Ferrão, João (2002), «Portugal, três geografias em recombinação», in *Lusotopie*, nº2.
- Ferrão, João (1996). «Três décadas de consolidação do Portugal demográfico moderno», in *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, António Barreto (org.), Lisboa, ICS.
- Ferrão, João; Marques, Teresa Sá (2003), *Sistema Urbano Nacional – Síntese*, Lisboa, Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- Ferrão, João, Henrique, Eduardo B., Neves, António O. (1994), «Repensar as cidades de média dimensão», in *Análise Social*, vol XXIX, nº129, pp.1123-1149.
- Gama, António (1987), «Indústria e peri-urbanização», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 22, pp. 33-54.
- Gaspar, Jorge, et al. (1987), *Ocupação e Organização do Espaço*, vol 1, col. Portugal. Os Próximos 20 anos, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Hespanha, Pedro (1994), *Com os Pés na Terra*, Porto, Edições Afrontamento
- Jenkins, Robin (1979), *Morte de uma Aldeia Portuguesa*, Lisboa, Quercus.
- Lourenço, Nelson (1991), *Família Rural e Indústria*, Lisboa, Fragmentos.
- Machado, Fernando Luís e Costa, António Firmino da (1998). «Processos de uma modernidade inacabada, mudanças estruturais e mobilidade social», in *Portugal que Modernidade?*, José Manuel Viegas e Firmino da Costa (org.), Oeiras, Celta Editora.
- Marques, Teresa Sá, et al. (2002), *Sistema Urbano Nacional – Rede Complementar*, Lisboa, Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

- Marques, Teresa Sá (2002), *Dinâmicas Territoriais: Portugal na Transição do Século (XX/XXI)*, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Nunes, Sedas (1964), «Portugal, sociedade dualista em evolução», in *Análise Social*, nº7-8, pp. 407-462.
- O'Neill, Brian Juan (1984), *Proprietários, Lavradores e Jornaleiros. Desigualdade Social numa Aldeia Transmontana (1870 – 1976)*, Lisboa, Dom Quixote.
- Pina-Cabral, João de (1989), *Filhos de Adão, Filhas de Eva. A Visão do Mundo camponesa do Alto Minho*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Pinto, José Madureira (1985). *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-ideológicas nos Campos. Elementos de Teoria e de Pesquisa Empírica*. Porto: Edições Afrontamento.
- Reis, Manuela, Lima, Aida Valadas de, (1998) «Desenvolvimento território e ambiente», in *Portugal que Modernidade?*, José Manuel Viegas e Firmino da Costa (org.), Oeiras, Celta Etitora.
- Ribeiro, Orlando (1944), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Sá da Costa.
- Ribeiro, Orlando; Lautensach, Hermann; Daveau, Suzanne (1999), *Geografia de Portugal*, vol. III, 3ª ed., Lisboa, Edições João Sá da Costa.
- Salgueiro, Teresa Barata (1999), *A Cidade em Portugal*, 3ª ed., Porto, Edições Afrontamento.
- Silva, Manuel Carlos (1998), *Resistir e Adaptar-se. Constrangimento e Estratégias Camponesas no Noroeste de Portugal*, Porto, Edições Afrontamento.
- Santo, Moisés Espírito (1999), *Comunidade ao Norte do Tejo. Seguido de Vinte Anos Depois*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- Sobral, José Manuel (1999), *Trajectos: o Presente e o Passado na Vida de uma Freguesia da Beira*, Lisboa, ICS.

Wall, Karin (1998), *Famílias no Campo. Passado e Presente em Duas Famílias do Baixo Minho*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.